

18º Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

Grupo de Trabalho: GT01 - Teorias Sociológicas: Desafios Perenes e Questões Emergentes

O papel do autor no campo científico em Bourdieu

Felipe Augusto Franke

Doutorando em Sociologia Política - UFSC

Email: felipefranke@gmail.com

Matheus Dallmann

Doutorando em Sociologia Política – UFSC

Email: acostadallmann@gmail.com

Marcelo Cigales

Doutorando em Sociologia Política – UFSC

Email: marcelo.cigales@gmail.com

Resumo

O objetivo desse artigo é analisar as diferentes posições assumidas pela “figura do autor” na produção cultural/intelectual dentro do campo acadêmico e científico. Partimos de uma análise do discurso em Foucault ao campo acadêmico e científico em Bourdieu, para evidenciarmos os pontos de tensão relativos à questão autoral na teoria desses intelectuais, que por sua vez também são “autores” em seus próprios termos: todos enfatizam a disputa interna de um meio social marcado pelo caráter cumulativo e perecível do saber dito científico. É um universo onde o que está em jogo é a disputa entre a imortalidade e a transitoriedade.

Palavras-chave:

Capital Intelectual, Produção Científica, Questão Autoral.

Introdução

O objetivo desse artigo é analisar as diferentes posições assumidas pela “figura do autor” na produção cultural/intelectual dentro do campo acadêmico e científico. Partimos de uma análise do discurso em Foucault ao campo acadêmico e científico em Bourdieu, para evidenciarmos os pontos de tensão relativos à questão autoral na teoria desses intelectuais, que por sua vez também são “autores” em seus próprios termos: todos enfatizam a disputa interna de um meio social marcado pelo caráter cumulativo e perecível do saber dito científico. É um universo onde o que está em jogo é a disputa entre a imortalidade e a transitoriedade, ou como Max Weber em 1918 durante sua conferência “A Ciência como Vocação” (WEBER, 2011, p.32-33) já enfatizava:

No domínio da ciência [...] todos sabem que a obra construída terá envelhecido dentro de dez, vinte ou cinquenta anos. Qual é, em verdade, o destino ou, melhor, a significação, em sentido muito especial, de que está revestido todo trabalho científico, tal como, alíás, todos os outros elementos da civilização sujeitos à mesma lei? É o de que toda obra científica “acabada” não tem outro sentido senão o de fazer surgirem novas “indagações”: ela pede, portanto, que seja “ultrapassada” e envelhecida. [...] na esfera da ciência, não só nosso destino, mas também nosso objetivo é o de nos vermos, um dia, ultrapassados.

Nesse sentido, acreditamos ser relevante discutir essa questão na obra desses autores, visto que tanto Bourdieu quanto Foucault, além de serem referenciados na produção das Ciências Sociais no Brasil (Ver obras sobre recepção desses autores para citar aqui), também são advindos de um circuito de consagração do espaço social acadêmico, representado pela passagem na *École de France*, títulos e prêmios na esfera acadêmica e científica, traduções de suas obras em diversas línguas, exportação de suas teorias para outras regiões do mundo, etc.

A questão autoral

Problemáticas referentes à questão do autor aparecem na obra “O Que é um Autor?” de Michael Foucault (Foucault e Mota, 2009), originalmente publicada em 1969. Nela, Foucault esboça suas indagações teóricas sobre noção de autoria, discorrendo sobre as relações entre autoria, escrita e discurso. Sendo a comunhão entre autoria e a literatura surgida apenas no período moderno.

Essa noção do autor constitui o momento crucial da individualização na história das idéias, dos conhecimentos, das literaturas, e também na história da filosofia, e das ciências. Mesmo hoje, quando se faz a história de um conceito, de um gênero literário ou de um tipo de filosofia, acredito que não se deixa de considerar tais unidades como escansões relativamente fracas, secundárias e sobrepostas em relação à primeira unidade, sólida e fundamental que é a do autor e da obra (FOUCAULT e MOTA, 2009, p. 267).

O conceito “autor” representaria a tentativa de solidificar uma unidade discursiva, assim como as fronteiras de espaços dentro do campo das ideias. Noção similar à apresentada por Jeffrey Alexander (Alexander, 1999), quando se refere aos autores clássicos da sociologia. Os autores (no caso os clássicos da sociologia) agem como redutores de complexidade, simplificando a discussão teórica (ou até mesmo permitindo-a, tendo em vista a impossibilidade de estarmos a par de todos os estudos produzidos em determinado campo), eles nos proporcionam uma base de partida para nossos estudos através de conceitos cristalizados dentro da comunidade, tanto para reforça-los como também para desconstruí-los. Por fim, eles são úteis (seja como teoria ou metodologia), podendo ser instrumentalizados pelos pesquisadores de alguma forma. Sem essa condição teriam sido esquecidos no tempo, como foram muitos outros. Ou nas palavras de Vandenberghe (2013, p.20):

Se retornamos continuamente aos clássicos e revisitamos as diversas tradições de teorização, não é apenas porque é assim que a sociologia constrói a sua coerência, mas também porque sentimos que, juntas, estas tradições oferecem uma visão compreensiva do

mundo social que evita o unilateralismo de cada uma delas tomadas separadamente.

Mas essa unidade pretendida não se dá através do indivíduo que escreve, mas sim da obra e do autor como discurso a ser disputado. A glória e a imortalidade do autor são reflexos descritos por Foucault (2009) não como as do indivíduo por trás do texto, mas as do que Foucault chama de “função-autor”. Isso porque não se deve considerar a identidade ou mesmo as intenções daquele que escreve, e sim a subjetividade e as intenções de seus leitores e interpretes. A imagem e compreensão do que foi escrito são dadas por aqueles que o consomem.

O escritor é aquele que, por meio da vivência abismal da finitude, é levado a escrever um texto sob a ameaça do vazio deixado pela morte de Deus. Já o autor é aquele que designa, pelo uso de seu nome, a unidade de uma obra. Dessa diferença podemos salientar que o autor é uma espécie de duplo do escritor. O escritor é mortal e o autor, imortalizado (ALMEIDA. 2008, p.223).

O que Foucault denomina como função-autor e como obra são forças exercidas a favor da criação e/ou da interpretação de um discurso em época e local determinados, nunca universais ou dogmáticos. O nome atribuído ao autor não possui por si só o poder de indicar, denominar ou descrever a intenção e o sentido desejados pelo escritor¹, mas sim a um determinado conjunto de textos, selecionados por outros sujeitos² que disputam o poder discursivo provenientes da figura mítica do autor, através de critérios que convenham com os interesses daquele que seleciona. “Daí seu caráter primordial de

¹ Chartier enuncia uma interessante reflexão acerca da problemática referente à função-autor, para ele “o inglês evidencia bem esta noção e distingue o *writer*, aquele que escreveu alguma coisa, e o *author*, aquele cujo nome próprio dá identidade e autoridade ao texto” (CHARTIER, 1998, p. 32 – grifos no original). Na língua inglesa a diferença entre o escritor (pessoa física dotada de nome próprio) e o autor (figura do imaginário discursivo) fica salientada no jogo entre escritor-autor, escrita-assinatura.

² Para Foucault o sujeito não seria uma figura pré ou a-histórica, distanciando sua interpretação do sujeito como núcleo central e unitário (indivíduo completo e indivisível), o qual constitui todos os demais conceitos ao seu redor. “Trata-se, portanto, de pensar o sujeito como um objeto historicamente constituído sobre a base de determinações que lhe são exteriores”, “perseguido sua identidade vazia ao longo da história” (REVEL, 2005, p.84).

classificação. Este nome baliza, delimita, descreve, unifica uma pluralidade de discursos, sob a égide da assinatura do autor” (ALMEIDA 2008, p.224).

A coleção de textos denominada como “biografia” de um autor, são elementos de coerção e controle dentro da disputa de poder, o que Foucault nomeia de “tirania do autor”:

Para quem escreve o livro, é grande a tentação de legislar sobre todo esse resplandecer de simulacros, prescrever-lhes uma forma, carregá-los com uma identidade, impor-lhes uma marca que daria a todos um certo valor constante.

Sou o autor: observem meu rosto ou meu perfil; é a isto que deverão assemelhar-se todas essas figuras duplicadas que vão circular com meu nome; as que se afastarem dele, nada valerão, e é a partir de seu grau de semelhança que poderão julgar do valor dos outros. Sou o nome, a lei, a alma, o segredo, a balança de todos esses duplos. Assim se escreve o Prefácio, ato primeiro com o qual começa a estabelecer-se a monarquia do autor, declaração da tirania: minha intenção deverá ser seu preceito, leitor; sua leitura, suas análises, suas críticas se conformarão àquilo que pretendi fazer; entendam bem minha modéstia: quando falo dos limites de meu empreendimento, pretendo limitar sua liberdade, e se proclamo a sensação de não ter estado à altura de minha tarefa é porque não quero deixar-lhe o privilégio de contrapor a meu livro o fantasma de um outro, bem próximo dele porém mais belo que ele. Sou o monarca das coisas que disse e mantenho sobre elas uma soberania eminente: a de minha intenção e do sentido que lhes quis atribuir. (FOUCAULT, 1978, p.5-6)

A função-autor reside no campo discursivo. Tendo como origem discursos provenientes de dimensões variadas: a **referencial** na qual o nome do autor é utilizado como elemento de ordenação discursiva; a **legal** sendo referente culpabilidade da transgressão; e a **jurídica** referente á propriedade intelectual (Foucault, 2014).

Essas dimensões representadas levam a uma característica particular no que se refere ao nome do autor como discurso: esse nome representa uma forma de poder, e o seu controle uma forma de autoridade. Ele classifica, organiza e delimita todo um universo de publicações e discursos. É o filtro pelo qual a proliferação de interpretações é restringida ao que pode, e principalmente não pode ser considerado cânone. Fruto de uma transgressão criativa, ele torna-se uma barreira a qual outros discursos têm de enfrentar.

Ainda hoje, mesmo depois das críticas sofridas no século passado à sua funcionalidade, o nome do autor continua exercendo seu papel de classificador e organizador de saberes em nome de certo poder. Seu uso corrente, nas discussões acadêmicas, por exemplo, evidencia de que forma o saber-poder moderno se manifesta através de índices e mecanismos discursivos que impõe o valor do que deve ou não ser discutido (ALMEIDA, 2008, p.234).

Chartier (2002, 2012) propõe uma crítica relevante sobre a noção de “função autor” proposta por Foucault. Para o primeiro, a “função autor” não é o único dispositivo nesse jogo de poder discursivo, também existiriam outros como a “função editor”, já que “Façam o que fizerem, os autores não escrevem livros. Os livros não são de modo nenhum escritos. São manufaturados por escribas e outros artesãos, por mecânicos e outros engenheiros, e por impressoras e outras máquinas” (CHARTIER, 2002, p. 126 – grifos no original).

O autor é um elemento chave dentro da disputa pela interpretação, mas não unívoco, já que toda obra autoral só toma forma a partir da decisão do editor de publicar o original. E esse cenário se torna mais complexo quando pensamos na contemporaneidade e na amplitude atingida por uma obra. “após a criação da imprensa e a difusão da leitura, os materiais impressos democratizariam o acesso ao conhecimento, o que formaria, neste caso, uma representação da “função ‘leitor’” (CHARTIER, 1998, p. 79).

Na produção científica o papel do leitor adquire uma relevância ímpar, já que os leitores são também autores, assim como os críticos aos quais os trabalhos dos demais

são destinados (Bourdieu, 2011). Latour e Woolgar (1997) apontam isso com precisão ao descreverem os cientistas de laboratório [dar exemplo: químicos, físicos, etc.]. Para eles, esses cientistas poderiam ser descritos como “aqueles que leem”, o que foge a imagem comumente associada à pesquisa científica: homens de jaleco branco que executam experimentos em prol da produção de conhecimento.

[Os cientistas] escrevem de forma compulsiva e, sobretudo, maníaca, “anotam meticulosamente”. Lembram “romancistas particularmente escrupulosos que se sentem obrigados a anotar tudo o que veem, com medo de uma falha de memória”, “listam grandes colunas de números em folhas de papel em branco”. Ao mesmo tempo, “controlam aparelhos”, marcam tubos de ensaio e béqueres, criam dicionários, fichários e catálogos com milhares de registros, dados, produtos químicos, amostras de animais etc. [...] uma estranha tribo que passa a maior parte do tempo codificando, marcando, lendo e escrevendo (LATOUR e WOOLGAR 1997, p.40-42 – grifo nosso).

O laboratório pode ser comparado a uma cozinha de fatos, um “sistema de inscrição literária” onde fenômenos estranhos aos pesquisadores são analisados, gerando explicações. Latour e Woolgar (1997) reforçam que tudo no laboratório – equipamentos, materiais, cobaias etc. – tem o potencial de ser interpretado como parte de um processo que visa à escrita de algo, sendo assim, possui o intuito literário como objetivo final. Existe uma onipresença literária no laboratório, já que os gastos materiais, pessoais e de tempo para inventar “meios para chegar a qualquer forma de traço escrito que possa ser ofertado à leitura” (LATOUR e WOOLGAR, 1997, p. 46-47) são consideráveis.

A tese de Latour e Woolgar é a de que o conteúdo do conhecimento científico é construído socialmente, sendo os fatos científicos nada mais que um consenso retórico científico. Desta forma a imagem do cientista se aproximaria mais de um manipulador de retóricas do que um profissional que busca explicações para aspectos do cotidiano através do método científico. Para os autores a ciência se constitui a partir de relações

sociais e das interações dos atores, humanos e não-humanos. Outro ponto marcante na obra de Latour e Woolgar são as disputas políticas que orbitam a questão autoral. Ter seu artigo publicado, pertencer a um laboratório, associar seu nome ao de um grande cientista são práticas corriqueiras para manutenção/ascensão. Ancorar-se no prestígio de um cientista de renome e a própria filiação, ou não, a um referencial teórico entram como estratégias no jogo científico. Pois o financiamento de pesquisas pode ser facilitado pela adoção de uma interpretação cânone de determinada teoria, como também os próprios pesquisadores chefes são por sua vez catalizadores de recursos³, negociando seu prestígio.

O entendimento da atividade autoral científica pela ótica das disputas torna inviável negligenciar as referências a Pierre Bourdieu. Diferente de Latour e Woolgar (1997), que tomam o próprio laboratório como espelho do campo científico, Bourdieu (2004) considera essa abordagem reducionista. Para o mesmo, existem três erros fundamentais em tal pensamento: (1) que não são capazes de abarcar toda a dinâmica interna assim como a história do campo científico; (2) reduzem o campo científico ao laboratório, deixando de fora importantes disputas dentro do campo em sua forma mais ampla; (3) o laboratório seria apenas um microcosmo dentro do campo científico. Em sua visão ignorar essa constatação é ignorar a existência de outras relações de poder, de legitimação e de capitais. O laboratório constitui um subcampo dentro do campo científico, teria sua importância, mas não a centralidade dada por Latour e Woolgar.

A ampliação conceitual defendida por Bourdieu sobre a denominação do que seria o campo científico é frutífera para pensarmos a própria noção de “autor” no interior dessa esfera, pois, para Bourdieu (2004), o mesmo é visto como um dos agentes do campo científico, e por vezes torna-se o próprio campo através de seu trabalho. Destarte, a luta por prestígio e reconhecimento é também um vetor de influência na constituição de um campo, bem como, em seu constante jogo de capitais.

³ Leia-se “recursos” não apenas como financeiros, mas em um conceito mais amplo: pessoas, tempo, e até mesmo a possibilidade de transgressão de uma teoria vigente. Por mais que, segundo Latour e Woolgar, a última seja algo extremamente rara nas ciências duras, pois oferece um elevado risco e custo àquele que tenta transgredir.

Para isso é importante nos questionarmos sobre dois conceitos-chave em Bourdieu: campo e capital científico⁴. A noção de **Campo** leva em conta as relações subjetivas existentes entre os laboratórios, os profissionais que comandam e operam as pesquisas, assim como instituições que as validam e distribuem. Os pesquisadores são os próprios criadores, revolucionários e mantenedores do campo científico. Criando através de suas relações o espaço que os condicionam, através de deformações no campo. O “campo da produção erudita enquanto sistema que produz bens culturais (e os instrumentos de apropriação destes bens) objetivamente destinados (ao menos a curto prazo) a um público de produtores de bens culturais que também produzem bens culturais” (BOURDIEU, 2011, p.105).

Isso, em outras palavras, significa que o público ao qual é destinado um texto científico é composto pelos seus críticos e concorrentes internos de um campo específico, funcionando em uma lógica de produção, legitimação e circulação fechada ao próprio campo científico. O objetivo almejado é o domínio do capital simbólico (científico), que é composto pelas próprias produções dentro do campo e legitimadas pelos pares.

O campo é um espaço de conflito, tanto para manutenção quanto para ocupação de um local de fala privilegiado e/ou os capitais em disputa. O que se tem são conflitos e competições ferozes pela dominação da manipulação legítima dos bens científicos. Unindo os cientistas através das disputas que os opõem (BOURDIEU, 2004). O cientista seria a personificação do campo com estruturas cognitivas homólogas as estruturas do campo.

Essa característica diferencia de forma notória o campo científico de outros campos (com exceção do campo de produção artístico, que segue leis muito próximas). Já que o cientista é visto com um agente dentro do campo, não apenas um reflexo dele. A lógica de conflitos do campo científico compõe o próprio cientista, já que sua obra disputa a legitimidade das leis do campo.

A noção de Campo científico rompe com dois pressupostos essenciais para Bourdieu: o primeiro seria de uma “<<ciência pura>> totalmente autônoma e que se

⁴ Não nos aprofundaremos na explicação pormenorizada dos conceitos gerais de campo e capital aqui, pois não é o intuito desse trabalho, ficando-me diretamente em suas variações “científicas” para atingir o ponto em questão: o papel do autor dentro da produção científica.

desenvolve segundo sua lógica interna” (BOURDIEU, 2004, p.67); e o segundo da pretensa “comunidade científica”, falar de campo significa romper com a ideia de que os cientistas fórum grupo unificado ou mesmo homogêneo.

Como nos demais campos, a distribuição de capitais determina a posição ocupada pelos agentes dentro do mesmo, assim como as estratégias para distribuição dos lucros, que podem se revestir de prêmios, títulos, verbas para financiamento de pesquisas, reconhecimento entre os pares, etc. Essa força não se faz sentir pela intervenção direta ou manipulação, mas sim regulando as possibilidades abertas a cada agente do campo segundo sua posição, de periférico a central.

O capital científico seria uma forma particular de capital simbólico fundada no conhecimento e reconhecimento de seus pares. Funcionando como crédito atribuído pelos demais agentes do campo, algo como um crédito de confiança ou crença daqueles dispostos a investir. Tendo exercício somente sobre aqueles que já possuem as credenciais para conhecer e reconhecer, ou seja, destinado apenas aos iniciados.

Como cientista nunca é exclusivamente “o cientista”, mas também, um ser social, por isso o capital simbólico científico se divide em pelo menos dois tipos de autoridade propriamente científica (teorias) e outra de poder sobre as formas reprodução do conhecimento (burocracia acadêmica).

As duas espécies de capital científico têm leis de acumulação diferentes: o capital científico “puro” adquire-se, principalmente, pelas contribuições reconhecidas ao progresso da ciência, as invenções ou as descobertas (as publicações, especialmente nos órgãos mais seletivos e mais prestigiados, portanto aptos a conferir prestígio à moda de bancos de crédito simbólico, são o melhor indício); o capital científico da instituição se adquire, essencialmente, por estratégias políticas (específicas) que tem em comum o fato de todos exigirem tempo – participação em comissões, bancas (de teses, de concursos), colóquios mais ou menos convencionais no plano científico, cerimônias, reuniões etc., - de modo que é difícil dizer se, como o professam habitualmente os detentores, sua acumulação é o princípio (a título de compensação)

ou o resultado de um menor êxito na acumulação da forma mais específica e mais legítima do capital científico (BOURDIEU, 2003, p.36).

Vale lembrar que não existe um único capital científico e sim uma constante luta entre capitais científicos diversos com o intuito de se tornarem legítimos. A verdade seria um conjunto de representações reconhecidas como verdadeiras, pois foram produzidas através dos critérios estabelecidos para a produção de verdades.

a verdade é o conjunto das representações consideradas verdadeiras por serem produzidas segundo as regras que definem a produção da verdade; é nisto que concordam os concorrentes que estão de acordo sobre os princípios de verificação, sobre os métodos comuns de validação das hipóteses (BOURDIEU, 2004, p.101).

O que está em jogo não é só o lucro financeiro, mas sim as recompensas garantidas pelo reconhecimento dos pares cargos títulos e outras espécies de honrarias. E crédito de honra que segundo Bourdieu (2004, p.77) seria intransferível.

O prémio do <<crédito científico> não é o dinheiro, mas as recompensas asseguradas pela avaliação dos pares, reputação prémios, cargos, participação em sociedades. Este <<crédito honorífico>> (*honorific credit*) é pessoal e intransferível (propriedade privada, não pode ser transmitido por contrato ou por testemunho: não posso legar o um capital simbólico a ninguém). Está ligado ao nome do cientista e é constituído como não monetário.

É interessante observar como a figura do autor aparece pelo menos em duas posições distintas dentro da teoria bourdiesiana sobre o campo científico: uma como agente e outra como campo (representado através de sua teoria). Contudo, nega uma terceira possibilidade: a figura do autor (não apenas suas teorias) como um capital em disputa no campo.

O fato de afirmar categoricamente a intransferibilidade do “crédito honorífico” destinado a determinado agente ⁵do campo parece ser questionável, tendo em vista que a filiação a determinada instituição, assim como ter sido orientado por uma figura icônica, e até mesmo fazer sua carreira como interprete das teorias consagradas de um autor, são estratégias recorrentes de apropriação de capital simbólico tanto dos “*frist movers*” do campo como dos “*challengers*”⁶. E por mais recorrente que seja dentro do campo científico, isso não as torna necessariamente efetivas. Talvez o autor possa ser pensado também como um capital em disputa. Não apenas a interpretação legítima vigente, mas a própria figura do agente.

Somente com a condição de tratar as teorias, os métodos e os conceitos **[e por que não também os autores ícones]** como manobras “políticas” visando instaurar, restaurar, reforçar, salvaguardar ou derrubar uma determinada estrutura de relações de dominação simbólica – ou então em outras palavras, visando conquistar ou defender o monopólio do exercício legítimo de uma atividade científica e do poder de conferir ou de recusar a legitimidade às atividades concorrente – é possível esclarecer uma das significações e das funções mais bem dissimuladas das tomadas de posição as quais, em uma área como a sociologia, aparecem como simples contribuições ao progresso da ciência ou como a expressão autêntica de divergências cientificamente fundadas a respeito da melhor maneira de contribuir para tal progresso (BOURDIEU, 2011, p.171 – grifos nossos).

⁵ Vale ressaltar que “agente” não é sinônimo de “indivíduo” ou “pessoa física” em Bourdieu, também deve ser utilizado para nos referirmos às instituições que disputam por poder dentro do campo.

⁶ Bourdieu (2004) distingue os agentes entre “*frist movers*” e “*challengers*”: o primeiro referente aqueles que ocupam posições de domínio no campo ou até mesmo de monopólio de certo capital cultural ele não precisa impor sua vontade sobre o campo, pois esta já acontece sem o seu esforço. São os defensores da ciência normal do momento e retiram vantagens do fato de que são posições de referência dentro do campo. Já o segundo são aqueles que ocupam posições não privilegiadas no campo, periféricas, mais que tem ambição de modificar sua condição atual valem-se de estratégias relacionados às limitações do campo e a posição ocupada pelos mesmos.

Latour e Woolgar (1997) captam bem essa tensão ao afirmarem que tanto o laboratório quanto o pesquisador chefe do mesmo podem mobilizar politicamente e economicamente seu renome em prol de recursos diversos, de condições para manutenção/transgressão de um cânone científico e de reconhecimento para aqueles que compõem seu quadro. Isso fica mais evidente nas ciências humanas, onde não prevalece, como afirma Alexander (1999), um único paradigma científico, mas sim saberes com múltiplos paradigmas, diversas vertentes em disputa pela hegemonia de um campo em permanente contestação, ou como diriam Giddens e Turner (1999, p.21) “A teoria social é um empreendimento muito variado. Há desacordo quanto a algumas de suas preocupações fundamentais”.

A barreira entre a teoria e a figura do autor dentro dessas ciências parece ser muito mais frágil. Vide as longas discussões sobre Karl Marx: o “jovem e velho Marx” de Raymon Aron (2008); ou o “Marx das Teses de Feuerbach” de Antonio Gramsci (2007); entre outras. Não está em disputa apenas a coesão teórica de Marx, mas também a própria definição de quem era Marx.

Sendo assim, acreditamos que o autor possa ser analisado como uma figura que transita de forma fluída por dentro do campo, sendo por vezes **agente**, por vezes o próprio **campo**, por vezes uma variante **do capital científico** legítimo em disputa e por vezes até como uma forma **de violência simbólica**⁷.

Considerações finais

A figura do “autor” parece ser um elemento fronteiro dentro da teoria bourdiesiana, assumindo varias categorias. O questionamento sobre seu papel e sobre a transferibilidade de seu crédito de honra abre portas para diversas outras críticas, entre elas a da estagnação promovida pelo culto ao autor dentro do campo científico. As disputas que orbitam o legado e a identidade de autores centrais nas ciências, mais

⁷ O conceito de **violência simbólica** descreve a forma como as classes economicamente dominantes impõem seus costumes aos dominados, impõem seu habitus (BOURDIEU; PASSERON, 2010; 2014). Tendo como base a arbitrariedade do sistema simbólico dominante, esse mascarado como “natural” no campo social. A violência simbólica tem sua força na legitimação imposta sob a forma naturalizada da cultura dominante. Por não haver uma consciência da dominação exercida, não há também uma tomada de posição por parte do oprimido, já que não enxerga-se como vítima do sistema, sendo a desigualdade apenas reflexo de seu desempenho e de seu mérito.

especificamente nas humanas, dificultam as transgressões por parte dos que não se localizam no centro. Sendo interpretações legitimadas, assim mesmo como autores consagrados, utilizados como violência simbólica sobre os que possuem menos capital. A própria forma e regras do campo nos impõem que saudemos pomposamente os nomes próprios dos detentores de capital, como fizemos continuamente nesse trabalho ao citar “(Autor, ano, página)”. É um jogo sórdido de acumulação de capital, pois para pertencer ao campo, um iniciante deve bajular autores/filiações teóricas consagrados, que no processo dá mais legitimidade aos estabelecidos, pois prestígio desses também depende da circulação de seu nome/teoria. Um ciclo que tende mais à manutenção do cânone do que à transgressão.

Para Pierre Bourdieu o mundo que habitamos tem uma peculiaridade, a de que as estruturas que o formam tem uma dupla existência social. Quer dizer, que por uma parte, o social está objetivado nas coisas enquanto objetos e instituições, e, por outro lado, na subjetividade e nas mentes dos indivíduos através das representações sociais. Chamamos de objetividade de primeira ordem a distribuição de bens, recursos materiais e valores, que em seu conjunto (socialmente escasso) Bourdieu chamou de diferentes espécies de capital. Para o pesquisador isso forma o primeiro momento objetivista, no qual, se reconstrói o sistema de relações objetivas que são o fundamento das representações subjetivas, nas quais, exerce um condicionamento sobre as interações sociais. No entanto, não basta ao autor o papel de descrever sistematicamente as condições objetivas da vida material, em outras palavras, não nos basta o ofício de “escrivão” que registra a existência dos mais variados grupos sociais, corpos, associações, parentesco, classes sociais, etc.

É do *métier sociologique*, bem como do ofício de autor, incorporar as representações sociais dos agentes à análise crítica. Isso nos leva, em Bourdieu, a um segundo momento (dupla existência), ou a uma objetividade de segunda ordem. A ela denominou de subjetividade objetivada, representada na forma de sistemas de classificação, esquemas mentais, práticas corporais que operam como matriz para decifrar a floresta de símbolos do mundo social, quais sejam: modos de fazer, pensar, sentir, julgar, amar, etc. Essa capacidade individual que possibilita a vida social, que, enquanto fatos sociais, são para o sociólogo, objetos de conhecimento.

Para escapar às alternativas mortais nas quais se encerrou a história ou a sociologia e que, tal como a oposição entre o acontecimento e a longa duração ou, noutra ordem, entre os “grandes homens” e as forças coletivas, as vontades singulares e os determinismos estruturais, assentam todas na distinção entre o individual e o social, identificado com o coletivo, basta observar que toda a ação histórica põe em presença dois estados da história (ou do social): a história no seu estado objetivado, quer dizer, a história que se acumulou ao longo do tempo nas coisas, máquinas, edifícios, monumentos, livros, teorias, costumes, direito, etc., e a história no seu estado incorporado, que se tornou *habitus* (BOURDIEU, 1989, p. 82).

Contra a jaula estruturalista, Bourdieu reconhece que os agentes fazem ativamente o mundo social. Esse “fazer” incorpora cognitivamente instrumentos históricos, constituídos no campo prático. Mas, também, contra a embriaguez construtivista, nosso autor afirma que esses instrumentos, foram eles também resultados do mundo social. Portanto, o *habitus*, como síntese analítica entre dois grandes paradigmas, remete o mundo social ao pendulo entre socialização e individuação. Na primeira, o indivíduo age no mundo através de práticas compartilhadas, ou seja, seu corpo físico e suas ações são resultantes, não estritamente, de processos sociais de sedimentação. Na individuação, os sujeitos pensam, agem, opõem-se, isto é, diferenciam-se e adaptam-se a medida que reflexionam suas próprias existências. Assim, “a ciência total da sociedade necessita tanto libertar-se do estruturalismo mecânico, que envia de férias os agentes, como do individualismo teleológico, que somente considera os indivíduos sobre a forma truncada de um bobo cultural hipersocializado” (Bourdieu, Wacquant, 1995, p. 20).

Sendo a ciência um projeto ocidental moderno, a lógica de produção/validação/distribuição dificulta a produção de um conhecimento próprio da periferia. As colônias continuam a pagar seus tributos à coroa, já que “Teoria é o trabalho que o centro faz” (CONNELL, 2012, p.9). Entender a figura do autor como capital em

disputa também desvela a tirania do centro, que a utiliza como mecanismo simbólico de legitimação para seu domínio sobre a periferia.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Jeffrey. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. **Teoria social hoje**. São Paulo: Editora UNESP, 1999. 609p.

ALMEIDA, Leonardo Pinto de. A função-autor: examinando o papel do nome do autor na trama discursiva. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 221-235, Jun. 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v20n1/a21v20n1.pdf>>. Acesso em: 22 Fev. 2016.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 884p.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2003. 86p.

_____. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa (Portugal): Editora 70, 2004. 166p.

_____. Mercado de bens simbólicos. In: BOURDIEU, Pierre; MICELI, Sergio. **A economia das trocas simbólicas**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011. 361p.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 275p.

_____. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. 171p.

BOURDIEU, P. Le mort saisi le vif. As relações entre a história reificada e a história incorporada. In: **O poder simbólico**. Lisboa, DIFEL, 1989, pp. 75 a 106.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP, Imprensa Oficial do Estado, 1998. 159p.

_____. **História cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Portugal: Difel, 2002. 244p.

_____. **Autoria e história cultural da ciência**. Rio de Janeiro: Azougue, 2012. 124p.

CONNELL, Raewyn. A Iminente Revolução Na Teoria Social. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 27 nº80 outubro de 2012, pp.09-20. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v27n80/v27n80a01.pdf>>. Acesso em: 25 Fev. 2016.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978. 608p.

_____. **A ordem do discurso**. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014. 74p.

FOUCAULT, Michel; MOTTA, Manoel Barros da. **Estética**: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. 426p.

GIDDENS, Antony; TURNER, Jonathan. Introdução. In: GIDDENS, Antony; TURNER, Jonathan (org). **Teoria social hoje**. São Paula: Editora UNESP, 1999, p.07-22.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 6(v).

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório**: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1997. 310p.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005. 96p.

VANDENBERGHE, Frédéric. Metateoria, teoria social e teoria sociológica. **Cadernos do sociófilo**. Rio de Janeiro: IESP, Terceiro Caderno, 2013, p. 14-48. Disponível em: <http://sociofilo.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2013/04/2_Fred.pdf>. Acesso em: 22 Fev. 2016.

WACQUANT, L. **Esclarecer o Habitus**. In: Educação & Linguagem, ano 10 nº 16, pp. 63-71, jul-dez, 2007.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. 15. ed. São Paulo: Cultrix, 2011. 157p.